



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

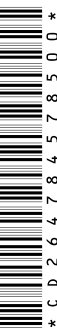
(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, informações acerca das recentes mudanças no processo de cadastramento, atualização e manutenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC), especialmente no que diz respeito à digitalização dos procedimentos e à exigência de dados biométricos.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, informações acerca das recentes mudanças no processo de cadastramento, atualização e manutenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC), especialmente no que diz respeito à digitalização dos procedimentos e à exigência de dados biométricos. Assim, questiono:

1. Quais são as novas exigências de cadastramento e atualização do BPC previstas para 2026, especialmente no que se refere à digitalização e ao cadastro biométrico?
2. Qual o cronograma oficial para implementação dessas medidas e quais os prazos concedidos aos beneficiários para adequação?
3. Quantos beneficiários já tiveram seus pagamentos bloqueados ou suspensos em razão de pendências cadastrais ou ausência de atualização do CadÚnico?
4. Quais medidas específicas estão sendo adotadas para garantir o acesso ao cadastramento e à atualização do benefício por populações residentes em regiões remotas, especialmente nos





municípios da Região Norte, onde há dificuldades de acesso à internet e baixa inclusão digital?

Justificativa

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), constitui importante instrumento de proteção social, garantindo renda mínima a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.

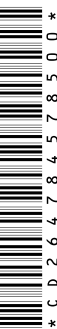
Entretanto, recentes mudanças implementadas pelo Governo Federal vêm tornando o processo de acesso e manutenção do benefício mais rigoroso e digitalizado, com destaque para a obrigatoriedade de atualização constante do Cadastro Único (CadÚnico), cruzamento automatizado de dados e exigência de cadastro biométrico para concessão e continuidade do benefício.

Ainda que tais medidas tenham como objetivo o aumento da segurança e a prevenção de fraudes, há crescente preocupação quanto aos impactos dessas exigências sobre a população mais vulnerável, especialmente aqueles residentes em regiões remotas do país.

É notório que, em grande parte dos municípios da Região Norte e em áreas rurais e isoladas do Brasil, há limitações severas de acesso à internet, baixa inclusão digital, dificuldades de deslocamento e insuficiência de estruturas públicas para atendimento presencial. Nessas localidades, a dependência de ferramentas digitais e de sistemas integrados pode representar um obstáculo concreto ao acesso a direitos fundamentais.

Além disso, o risco de bloqueio ou suspensão do benefício em razão de inconsistências cadastrais ou ausência de atualização pode agravar situações de extrema vulnerabilidade social, contrariando o caráter assistencial e protetivo da política pública.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível compreender como o Governo Federal está conduzindo a implementação dessas mudanças,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Capitão Alberto Neto** – PL/AM

bem como quais medidas estão sendo adotadas para garantir que populações em regiões remotas não sejam prejudicadas.

Brasília, 13 de abril de 2026.

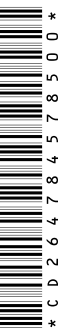
CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PL/AM

Apresentação: 15/04/2026 14:54:04.603 - Mesa

RIC n.909/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD264784578500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto



* C D 2 6 4 7 8 4 5 7 8 5 0 0 *